

Ata da 1ª Reunião do Núcleo Gestor (Comissão Especial de Revisão e Alteração do Plano Diretor de Mossoró/RN).

Aos quinze de agosto de 2024, às 9h22, no Auditório da Previ Mossoró, situado na Rua Felipe Camarão, número 2114, Bairro Doze Anos, na cidade de Mossoró, Rio Grande do Norte, foi realizada a primeira reunião do Núcleo Gestor do Processo de Revisão e Alteração do Plano Diretor de Mossoró/RN. Os presentes assinaram lista que segue em apêndice desta ata. Os trabalhos foram iniciados pelo Presidente da Comissão, Sr. Almir Mariano de Sousa Junior, que explanou sobre a importância da ocasião e conduziu a apresentação dos membros do Núcleo Gestor. Cada membro presente se apresentou e introduziu uma fala sobre a importância dos trabalhos. Ademais, o Presidente versou sobre a criação da Comissão Executiva de Coleta de Dados e seus membros, instituída pelo Decreto n.º 6.995, de 29 de dezembro de 2023, apresentando-os e indicando sua importância para o processo revisional. Também, a instituição do Núcleo Gestor, por meio do Decreto n.º 7.076, de 25 de abril de 2024. O Presidente indagou da necessidade de montar um calendário ordinário de reuniões, já dando a possibilidade de realizar a próxima reunião no dia 2 de setembro, no turno matutino a fim de discutir o regimento. Em outubro, para a terceira reunião, dia 25, a fim de trabalhar as alterações, com controle por e-mail. Abriu-se a sugestões e foi convencionado que as demais seriam posteriormente acordadas. O cronograma ficou de ser enviado por e-mail. Fechado esse momento, o Presidente continuou seus dizeres expondo os trabalhos realizados pela Comissão Executiva de Coleta de Dados. Indicou que será apresentado o Produto 1: Leitura Espacial do Município. Passada a fala, a Srta. Maria Mariana Xavier de Lima Medeiros introduziu o mencionado Produto e sua metodologia. Ato contínuo, Sr. Lucas Matheus Garcia Tôrres apresentou como o trabalho foi separado por eixos e a sua preocupação em facilitar a leitura para análise. Primeiro Eixo, político-administrativo, um breve histórico da mancha urbana do Município, mencionando áreas suprimidas e

adicionadas. Alertou para o crescimento da mancha urbana para fins de estudos. Segundo Eixo, os aspectos geoambientais a guiar o uso e ocupação do solo. Ainda nesse aspecto, as áreas protegidas. No Terceiro eixo, equipamentos de educação, saúde, lazer, culturais em compilado. Por fim, no Quarto Eixo, os aspectos socioeconômicos, com especial atenção às áreas de interesse social a fim de discussão. Os Eixos foram abertos à discussão. O Sr. Breno Vinícius de Góis, Representante da Câmara Municipal de Mossoró/RN, indagou sobre a inexistência de reconhecimento formal de diversos bairros na atual mancha urbana. Continuamente, o Sr. Alexandre Araújo da Silva Lopes, representante do Instituto Federal do Rio Grande do Norte - IFRN, versou sobre a inexistência de legislação que institua muitos bairros. Além disso, indicou a importância da Área de Urbanização Específica para as discussões, especialmente no sentido de entender como os serviços públicos chegariam a essas comunidades não formais. O Sr. Raniere Barbosa Lira, Representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural – Seadru, reforçou a necessidade de entender os pontos sobre a Zona Rural visando estratégias junto ao Legislativo a fim de sanar essa situação. Citou como exemplo o raio de cobertura de unidades de saúde nos assentamentos da zona rural. Em colaboração com a discussão, o Sr. Kerginaldo Forte de Amorim, Representante do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia Crea/RN, indicou a necessidade de definir as comunidades que estão fora da mancha urbana, assim como entender até que ponto iria a zona urbana. Alertou da falta de classificação dos aglomerados como uma carência no atual Plano Diretor. Indicou a deficiência sobre os serviços de urbanismo e, inclusive no que se refere à cobrança de tributos. O Sr. Francisco Gomes de Melo, Representante das Associações da Zona Rural aduziu a situação de áreas do INCRA e suas limitações no que consiste a atuação do poder público. Citou assentamentos que já dispõem de forte desenvolvimento e da sensibilidade em estudar as diversas famílias da Zona Rural para que não haja a descaracterização de economia familiar e de segurados especiais junto à Seguridade Social. Informou as

atividades do Sindicato e citou a dificuldade em caracterizar os benefícios dos assistidos em decorrência da instituição de bairros, ruas e numeração, utilizada pela Previdência Social como itens de descaracterização da qualidade de trabalhador rural. O Sr. Kerginaldo Forte de Amorim informou da cautela na transformação do rural em urbano. O Sr. Alexandre Araújo da Silva Lopes fez dois adendos: um acerca do Bairro Bom Jesus, fundado na ocasião da instalação da Petrobras, para que o Fisco pudesse recolher os tributos. Outro, a atenção quanto à expansão da zona urbana e sua sensibilização com as famílias que estão na Zona Rural. Sr. Raniere Barbosa Lira alertou para que seja vista com atenção sobremaneira acerca da zona urbana para as pessoas que ainda se caracterizam como agricultores rurais e aqueles que estão na zona rural, mas que qualificam como agricultores urbanos, dando ênfase no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), que é o instrumento para identificar e qualificar o público beneficiário e requisito básico para obtenção do acesso às diversas políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar. A Sra. Tamms Maria da Conceição Morais Campos, Vice-Presidente e Representante da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA, direcionou a discussão para aludir ao Plano Diretor de São Paulo, como um dos mais desenvolvidos do Brasil, ressaltando a agricultura urbana, zonas corredoras e necessidade de se atentar ao que Mossoró apresenta estratégica e potencialmente. Ademais, quais potenciais e gargalos, assim indagou, como maneira de filtrar e potencializar os trabalhos. Para finalizar, o Sr. Almir Mariano de Sousa Junior indicou que é necessário horizontalizar as potencialidades e intentar resolver os problemas atuais. Ressaltou o entusiasmo e participação dos presentes e se mostrou esperançoso no objetivo de confeccionar um Plano Diretor sensível a todas as demandas. Com isso, atinge-se a finalidade que o Município não fique engessado em seu crescimento. Ressaltou a importância em desburocratizar, sem perder a responsabilidade. Reforçou o empenho em ouvir as diversas vozes e dialogar com o Legislativo a fim de atingir os trabalhos com êxito. Nada

mais a ser discutido, encerrada a reunião às 10h37, redução a termo da ata com a concordância dos presentes.

Mossoró/RN, 15 de agosto de 2024.